

A Dupla Dimensão da Representação Política

José Dantas Lira Júnior

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Sumário

Prefácio.....	XI
Apresentação.....	XIII
1 introdução	1
2 Reflexões sobre Representação Política, Princípio Democrático e Parlamento.....	7
2.1 O Constitucionalismo e a representação política	7
2.2 O princípio democrático no Estado de Direito.....	17
2.3 A representação política e a democracia representativa ...	25
2.4 Alguns paradoxos da representação política.....	31
2.5 Parlamento, representação política e princípio democrático.....	34
3 A Dupla Dimensão da Representação Política e a sua Normatividade Constitucional.....	39
3.1 . A representação política e o mandato parlamentar	39
3.1.1 Representação política como forma de legitimação e controle do poder político	39
3.1.2. A relação dos parlamentares com os cidadãos, com os partidos políticos e com os grupos parlamentares	45
3.1.3. Representação política e a sua relação com a responsabilidade política	55
3.2 A proteção jurídica do mandato parlamentar.....	65
3.2.1 A representação política global e a proibição ao mandato imperativo	65
3.2.2. A liberdade parlamentar como direito fundamental e respeito aos valores democráticos.....	76
	XV

3.3 O princípio representativo e os partidos políticos	82
3.3.1 Relevância constitucional	82
3.3.2 Os partidos políticos no sistema democrático contemporâneo	88
3.3.3 Regulação jurídica dos partidos políticos: análise constitucional da disciplina e fidelidade partidária no direito brasileiro e no português	97
3.4. Controle jurídico sobre os partidos	101
3.4.1. A democratização interna dos partidos políticos	101
3.4.2 A disciplina de voto no Parlamento	105
4 A Democracia Representativa versus a Democracia Partidária: Análise sob o Aspecto da Mutação Constitucional	117
4.1 Legitimidade dos julgados do Tribunal Constitucional com impacto na Constituição: uma análise à luz do princípio democrático	117
4.1.1 Entendimentos legitimadores da jurisdição constitucional	117
4.1.2 O poder contramajoritário do Tribunal Constitucional no contexto da democracia participativa	127
4.1.3. O Tribunal Constitucional como Guardião da Constituição	131
4.2 O fenômeno da mutação constitucional na vida prática dos partidos políticos	134
4.2.1 Origem da teoria da mutação constitucional no direito público Alemão, conceito e enquadramento teórico.	134
4.2.2. Importância política da mutação constitucional e sua repercussão para a democracia partidária	142

4.2.3. O poder interpretativo do Tribunal Constitucional como fator de manutenção da normatividade e legitimidade da Constituição	145
4.3. A democracia representativa sufocada pela democracia partidária	154
4.3.1 A jurisdição constitucional como fonte normativa e criadora de novos direitos: reflexões sobre a fidelidade partidária na jurisprudência do STF	154
4.3.2 A representatividade dos partidos políticos no processo eleitoral	172
4.4.3 A confusão entre o Estado e o partido governamental	180
4.4 A necessidade de democratização da democracia representativa	184
4.5 Desafios atuais: o futuro dos partidos e o futuro da democracia.....	193
5. Considerações Finais.....	201
Referências Bibliográficas	213